

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de junho de 2022, pelas 11:15 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 8, de 8 de junho de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do parecer setorial, a remeter à Comissão de Orçamento e Finanças, sobre a [Conta Geral do Estado de 2020](#);**
Relator: Deputada Cristina Sousa (PS)
4. **Discussão e votação dos pareceres sobre os seguintes Projetos de Lei:**
 - **[Projeto de Lei n.º 1/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;**
Relatora: Deputada Rita Borges Madeira (PS)
 - **[Projeto de Lei n.º 3/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (19.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);**
Relator: Deputado Fernando José (PS)
 - **[Projeto de Lei n.º 9/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais;**
Relatora: Deputada Joana Sá Pereira (PS)
5. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 26/XV/1.ª](#) — Contabilização na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos dos anos de 2013 a 2016, da iniciativa do STEC-Sindicato dos trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos (2499 assinaturas);**
Relator: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PSD
6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - A)
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da [Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho \(DGERT\)](#), do [Secretário de Estado do Trabalho](#), Miguel Fontes, e da [Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural \(APDASC\)](#), no âmbito do Estatuto profissional da animação sociocultural;**
 - B)- **Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da [Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#) sobre o corte nos apoios de combate à pobreza;**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da [Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#), do [Instituto da Segurança Social, I.P.](#), da [Deco](#) e da [Rede Europeia Anti-Pobreza](#), sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos;**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do PCP, para audição da [Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#) e da [Presidente do Instituto da Segurança](#)**



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

Social, I.P. sobre os cortes no apoio alimentar e as dificuldades no acesso às prestações sociais;

- Requerimento, apresentado pelo GP do IL, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC);

- Requerimento, apresentado pelo GP do CH, para audição da Senhora Ministra da Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o número de famílias abrangidas pelo apoio de 60 euros atribuído aos agregados familiares mais carenciados para compra de bens alimentares;

7. Outros assuntos.

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 8, de 8 de junho de 2022;

A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) do PCP e do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Presidente deu nota que, de acordo com a grelha de distribuição, caberia ao GP do PS elaborar o parecer da [Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª \(GOV\)](#) - «Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno». Contrapôs a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), considerando que não deveria ser o partido que suporta o Governo a assumir essa incumbência, o que mereceu a concordância de todos os presentes, com base na alínea c) do n.º 3 do artigo 153.º do Regimento (RAR), citado pela Senhora Presidente. Desta feita, passou a caber ao GP do PSD a designação do relator, que se comprometeu a fazê-lo com a brevidade possível.

3. Discussão e votação do parecer setorial, a remeter à Comissão de Orçamento e Finanças, sobre a [Conta Geral do Estado de 2020](#); Relator: Deputada Cristina Sousa (PS)

A Senhora Deputada relatora apresentou o parecer em epígrafe, aludindo à competência da Comissão, ao enquadramento macroeconómico, à evolução do

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

mercado de trabalho e à conta da Segurança Social, remetendo a sua opinião para a discussão em Plenário e fazendo referência nas conclusões ao âmbito e aos documentos tidos em conta, e bem assim ao envio do parecer à Comissão de Orçamento e Finanças.

Depois de o trabalho desenvolvido ter sido saudado, em especial pela Senhora Presidente e pelo GP do CH, o parecer foi aprovado por unanimidade.

4. Discussão e votação dos pareceres sobre os seguintes Projetos de Lei:

- [Projeto de Lei n.º 1/XV/1.ª \(PCP\)](#) — **Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;**

Relatora: Deputada Rita Borges Madeira (PS)

A Senhora Deputada autora do parecer procedeu à respetiva apresentação, enunciando em particular o enquadramento legal, o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, a verificação dos requisitos formais e as iniciativas legislativas pendentes e os antecedentes parlamentares, reservando a sua posição para o debate na generalidade e concluindo pelo envio do documento ao Senhor Presidente da Assembleia da República e pelo cumprimento de todos os requisitos aplicáveis, ainda que com a proposta de exclusão do elenco de diplomas que alteraram o Código do Trabalho, por razões de segurança jurídica.

Após a Senhora Deputada ser cumprimentada pela apresentação efetuada, o parecer foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Lei n.º 3/XV/1.ª \(PCP\)](#) — **Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (19.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);**

Relator: Deputado Fernando José (PS)

Também o Senhor Deputado Fernando José (PS) apresentou o parecer da sua autoria, destacando, de igual forma, o enquadramento legal, o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, a verificação dos requisitos formais, as iniciativas legislativas pendentes e os antecedentes parlamentares. Depois de reservar a sua posição para o debate na generalidade, concluiu pelo envio do documento ao Senhor Presidente da Assembleia da República e pelo cumprimento de todos os requisitos aplicáveis, não obstante uma sugestão de alteração do título do projeto de lei.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

A Senhora Presidente agradeceu o trabalho realizado, submetendo-se então o parecer a votação, com o seguinte resultado: aprovado, com os votos a favor do PS, PSD, IL, PCP e BE e os votos contra do CH.

- **Projeto de Lei n.º 9/XV/1.ª (PAN)** — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais;

Relatora: Deputada Joana Sá Pereira (PS)

Por último, a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) apresentou o parecer do projeto de lei identificado, com particular enfoque no enquadramento legal, no objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, na verificação dos requisitos formais e nas iniciativas legislativas pendentes e nos antecedentes parlamentares, remetendo-se também aqui a posição para a discussão na sessão plenária, e concluindo-se pelo envio do documento ao Senhor Presidente da Assembleia da República e pela observância de todos os requisitos aplicáveis, sem prejuízo de uma ressalva quanto à entrada em vigor e ao cumprimento da lei formulário e uma sugestão quanto ao título da iniciativa.

Também a senhora Deputada foi saudada pelo trabalho desenvolvido, submetendo-se então o parecer a votação, com o seguinte resultado: aprovado, com os votos a favor do PS, PSD, IL, PCP e BE e os votos contra do CH.

5. **Deliberação sobre a admissão da Petição n.º 26/XV/1.ª** — Contabilização na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos dos anos de 2013 a 2016, da iniciativa do STEC-Sindicato dos trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos (2499 assinaturas);

Relator: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PSD

A petição foi admitida por unanimidade, sendo indicada como relatora a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD).

6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

A)

- **Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), no âmbito do Estatuto profissional da animação sociocultural;**

No uso da palavra, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) recordou que se visava recuperar uma iniciativa da Legislatura passada, já que não havia sido possível ouvir



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

nem o Secretário de Estado nem a DGERT, que não havia respondido ao pedido de pronúncia nem às insistências efetuadas, e renovando-se a audição da APDASC, promotora da petição que estivera na origem deste processo legislativo. Por outro lado, colocou à consideração a possibilidade de a tutela ser ouvida desde já sobre outros pedidos de regulamentação pendentes, mormente os guias turísticos e os optometristas, alargando-se o âmbito do requerimento nesse sentido.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que enfatizou a primazia do Governo na regulamentação das profissões, lembrando que no passado a DGERT havia transmitido a falta de meios para dar resposta às solicitações que ia recebendo. Depois de aventar que a APDASC poderia ser a primeira a ser ouvida, manifestou algumas reservas quanto ao alargamento da pronúncia a outras atividades, já que cada uma tem a sua especificidade, podendo, quando muito, demandar-se ao Senhor Secretário de Estado que fizesse uma avaliação geral desta problemática, no que foi acompanhada pelo Senhor Deputado Rui Rocha (IL), que quanto ao mais subscreveu o teor do requerido.

Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) declarou que o seu Grupo Parlamentar não se opunha ao exposto, ainda que com dúvidas quanto ao alargamento do âmbito, já que as situações deviam ser analisadas caso a caso, e concordando com a ordem adiantada pelo GP do PSD: APDASC, DGERT e Secretário de Estado.

Depois de também os Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP) e Jorge Galveias (CH) terem alinhado com o requerimento e com as ressalvas expressas pelo GP do PSD, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) registou a abertura de todas as forças políticas para a realização das audições, acolhendo igualmente as sugestões aduzidas.

Deste modo, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

B)

- **Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o corte nos apoios de combate à pobreza;**
- **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Instituto da Segurança Social, I.P., da Deco**



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

e da Rede Europeia Anti-Pobreza, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos;

- Requerimento, apresentado pelo GP do PCP, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P. sobre os cortes no apoio alimentar e as dificuldades no acesso às prestações sociais;

- Requerimento, apresentado pelo GP do IL, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P. sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC);

- Requerimento, apresentado pelo GP do CH, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o número de famílias abrangidas pelo apoio de 60 euros atribuído aos agregados familiares mais carenciados para compra de bens alimentares;

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que enquadrou o pedido de audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) no noticiado corte de apoios de combate à pobreza, remetendo para o escopo do requerimento.

Por sua vez, e tendo por base a redução do número de beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas (POAPMC), a impossibilidade de inscrição de novos beneficiários e ainda a redução da composição dos cabazes alimentares distribuídos, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) explicou os motivos que presidiam à chamada da Senhora MTSSS, da Senhora Presidente do Instituto da Segurança Social (ISS), em regime de suplência, da Deco e da Rede Europeia Anti Pobreza.

Seguiu-se a exposição da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que explanou que o requerimento do seu Grupo Parlamentar visava a audição da Senhora MTSSS e da Senhora Presidente do Instituto da Segurança Social (ISS), em regime de suplência, sobre duas dimensões diferentes: os cortes no apoio alimentar e as dificuldades no acesso às prestações sociais.

Também o Senhor Deputado Rui Rocha (IL) fundamentou o pedido de audição da Senhora Presidente do Instituto de Segurança Social com o corte de apoios de combate à pobreza, acrescentando que não haviam requerido a audição da Senhora MTSSS porque já outros Grupos Parlamentares o haviam feito antes.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

Por fim, na apresentação do respetivo requerimento, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) questionou o cumprimento do anunciado apoio do Governo de 60 euros “a todas as famílias titulares de prestações sociais mínimas” e ainda a redução a composição dos cabazes alimentares, o que no seu entender justificava a audição urgente da Senhora MTSSS.

Destarte, a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) manifestou que não se oporiam às audições requeridas, propondo, ainda assim, que pudessem ser ouvidas as demais entidades em primeiro lugar, e só depois o ISS e a Senhora MTSSS.

Submetidos individualmente a votação, os requerimentos dos GP do BE, PSD e PCP foram aprovados por unanimidade, enquanto os requerimentos dos GP do IL e do CH foram aprovados com os votos a favor do PS, PSD, CH, IL e BE e a abstenção do PCP.

Foi ainda abordada pelo GP do BE a temática das grelhas a utilizar em audições com origem em mais do que um requerimento, até em cotejo com as práticas de outras Comissões e da CTSSI em anteriores Legislaturas, sendo fixado que se continuaria a adotar a mesma metodologia, com a possibilidade de todos os requerentes intervirem na ronda inicial, pelo mesmo tempo, e pela ordem de apresentação dos requerimentos, e não de acordo com a sua representatividade parlamentar.

7. Outros assuntos.

Tendo presente o pedido de contributos às Comissões Parlamentares do Grupo de Trabalho -Revisão do RAR da 1.ª Comissão, a Senhora Presidente divulgou uma proposta alinhavada pelos serviços de apoio, tendo em vista uma redação do n.º 6 do artigo 206.º do RAR que previsse expressamente a participação da 10.ª Comissão na audição da Senhora MTSSS no âmbito da discussão na generalidade da proposta de Orçamento do Estado. Tendo presente a data-limite de 27 de junho, foi decidido que este ponto seria adiado para a próxima reunião da Comissão, solicitando-se que eventuais contributos fossem enviados até 21 de junho.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

Foi ainda feita referência à proposta de audições regimentais nesta 1.ª Sessão Legislativa, solicitando-se a clarificação da respetiva ordem, a fim de poder ser apreciada na reunião da Comissão da semana vindoura.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:31 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2022.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 9/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Diana Ferreira (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Irene Costa (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Lina Lopes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Paula Cardoso (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Monte (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)